
Áreas Protegidas: reconversão do espaço rural?

Susana da Cruz Clemente - clemente.susana@gmail.com ;

Espaço rural, reconversão, áreas protegidas

Adoptando como caso de estudo três parques naturais situados na região do Alentejo, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), o Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM) e o Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG), faz-se uma análise do processo de reconversão do espaço rural português por via da requalificação ambiental - traduzida na criação de áreas protegidas - e seus efeitos nos territórios.

Na nossa perspectiva, a criação de áreas protegidas constitui um bom exemplo de que a reconversão do espaço rural português não se apresenta como um processo linear.

Em primeiro lugar, em Portugal a reconversão do espaço rural está envolvida num contexto mais vasto, que abrange a Política Agrícola Comum e outras medidas que não são concebidas especificamente como instrumentos das políticas de ambiente, e a sua relação com o mundo rural. Concretamente, apesar da regressão da agricultura enquanto actividade principal e o crescimento do plurirendimento e da pluriactividade agrícolas terem alterado o funcionamento económico das áreas rurais portuguesas, a redefinição, «compulsiva» do espaço rural, no nosso país, está ainda muito associada à modernização e ao aumento da produção e produtividade agrícolas.

Em segundo lugar, mesmo que se queira assumir que a instituição de áreas protegidas pode ser uma forma de mediação entre as políticas de ambiente e as políticas de desenvolvimento em meio rural, a criação de espaços protegidos no nosso país ocorreu muito antes de se equacionar o futuro dos espaços rurais no quadro da qualificação ambiental. Em Portugal, a criação de espaços protegidos está mais vocacionada para o incremento de actividades de índole recreativa e turística do que para a promoção de actividades de desenvolvimento em meio rural (turismo e lazer encontram-se inscritos na própria definição legislativa de parque natural), e a valorização do seu património natural e cultural tende muitas vezes a colocar unicamente no turismo a panaceia de todos os males, deitando por terra a ideia base do desenvolvimento em meio rural: a da diversificação das actividades.

Em terceiro lugar, da análise da informação empírica relativa aos casos em estudo, concluímos que os espaços rurais não são todos iguais, existindo entre eles uma diversidade que, na maioria dos casos, não é contemplada nos diplomas de instituição das áreas protegidas.

Estas três áreas têm em comum o facto de se caracterizarem como espaços sociais rurais desfavorecidos. São espaços marcados por baixas densidades populacionais e pela dependência económica e simbólica de diversas formas de aproveitamento dos recursos naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento de pequenos serviços ligados ao turismo onde coexistem diversas formas de povoamento (de pequenos núcleos urbanos a vastas áreas despovoadas). Espaços onde se verifica um acentuado envelhecimento demográfico e onde os níveis de qualificação dos recursos humanos são baixos, inviabilizando, dessa forma, a capacidade endógena de desenvolvimento. No entanto, o estatuto legal de conservação da natureza, que abrange grande parte dos seus territórios, proporciona-lhes a multifuncionalidade e a pluriactividade, bem como uma possibilidade de reconversão através da qualificação ambiental.

A região do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, embora marcada por fortes traços de ruralidade, apresenta-se como uma região periurbana, na medida em que se situa próxima de cidades com alguma importância económica (Sines). É uma região fortemente influenciada pela litoralização da indústria e dos serviços, sendo, por isso, entre as três regiões em análise, aquela que tem tido maior capacidade de atracção populacional. Efectivamente, de 1991 para 2001 a balança migratória permitiu compensar o crescimento natural negativo da região.

Em situação oposta encontra-se a região do Parque Natural do Vale do Guadiana, que constitui uma região periférica, marcada pela falência da agricultura e por fortes processos de marginalização económica. Caracteriza-se, ainda, por ser uma região em regressão demográfica. Nos últimos 20 anos tem registado perdas bastante acentuadas de população activa e de população em idade de procriar.

A região do Parque Natural da Serra de São Mamede, em comparação com as outras duas, apresenta-se como uma região intermédia, com a particularidade de nunca ter sofrido processos de declínio demográfico e económico acentuados. Apresenta, em 2001, a estrutura populacional mais equilibrada.

Se, em espaços já tocados pela urbanização, a criação de uma área protegida é considerada como restritiva ao livre uso do território e como negativa para a afirmação de um modelo de

desenvolvimento associado ao crescimento económico – como é o caso do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – em espaços marginalizados e desfavorecidos do ponto de vista socioeconómico e demográfico, pelo contrário, uma área protegida é encarada como um possível factor de desenvolvimento, implicando a apropriação de novos modelos de desenvolvimento, baseados na sustentabilidade económica, social e ecológica, como é o caso do Parque Natural do Vale do Guadiana, e em parte do Parque Natural da Serra de São Mamede.

Em quarto lugar, e independentemente da definição de modelos de desenvolvimento orientados exclusivamente para a conservação da natureza ou para o desenvolvimento sustentável, os dados empíricos permitem-nos distinguir quatro tipos de actores sociais que, de forma directa ou indirecta, reagem à instituição das áreas protegidas em espaço rural: as populações locais, as associações de defesa do ambiente, os órgãos do poder local e as instituições de conservação da natureza.

O facto da criação de espaços protegidos se apresentar como um processo que não é gerado localmente, conduz a diversas formas de conflitos (latentes e manifestos) entre estes actores. Conflitos assentes em diferentes representações, legitimidades e interesses acerca dos modelos de desenvolvimento económico em meio rural e da centralidade que o ambiente, traduzido ou não em políticas de conservação natureza, pode assumir nesses mesmos modelos.

O papel-chave que certos actores sociais podem desempenhar na criação, no desenvolvimento e na gestão das áreas protegidas, leva-nos a considerar que, no futuro, o debate terá que incidir sobre o papel que a dimensão ambiental pode assumir nas várias políticas e medidas de renovação e reconversão das áreas rurais, sobre a fragilidade da requalificação assentar unicamente no ambiente como vantagem comparativa na promoção da actividade turística e sobre a possibilidade (ou não) de articular conservação da natureza e desenvolvimento económico.